ReGeo ISSN: 2177-3246

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL NAS ESCOLAS DO ESPAÇO RURAL PARAIBANO

EDUCATION IN RURAL AREAS: AN ANALYSIS OF EDUCATIONAL DEVELOPMENT IN SCHOOLS IN RURAL PARAÍBA

EDUCACIÓN EN EL MEDIO RURAL: UN ANÁLISIS DEL DESARROLLO EDUCATIVO EN LAS ESCUELAS DE LAS ZONAS RURALES DE PARAÍBA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n7-170

Data de submissão: 29/06/2026 **Data de publicação:** 29/07/2026

Edvaldo Carlos de Lima
Doutorado em Geografia
Instituição: Universidade Estadual da Paraíba – Campus I
E-mail: Edvaldo.edvlima@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/9077154635715473
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8403-2063

Juliene Fernandes de Oliveira
Mestra em Educação
Instituição: Secretaria Municipal de Educação de Aroeiras PB
E-mail: Juliene.gba@gmail.com
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7508139246535406

RESUMO

O objetivo de trabalho é analisar como a educação do campo acontece nas escolas existentes no espaço rural paraibano. A análise também foi feita em escolas de assentamentos no município de Londrina – PR. Neste sentido observamos que na trajetória da Educação do/no Campo, produzida sob o foco dos movimentos sociais, percebemos que as principais preocupações, destes movimentos, são: (a) a autonomia global no processo educativo dos camponeses; (b) desenvolvimento de projetos político-pedagógicos; (c) políticas públicas para a Educação do campo; (d) valorização da identidade das escolas do campo, (e) e controle de qualidade da educação escolar. Trata-se de um paradigma que supere o modelo tradicional de educação e, que, gere perspectivas de desenvolvimento territorial nos assentamentos de reforma agrária e, que também seja inclusiva da classe trabalhadora do campo, para além das prerrogativas do capitalismo agrário. Analisamos estes referenciais de forma qualitativa e quantitativa, com fundamentos nas informações e dados obtidos com o trabalho de campo, que fizemos, utilizando: entrevistas, fotografias e gravações de áudio e vídeos, além das pesquisas bibliográficas nas Universidades e outras fontes, sem deixar de lado a realidade e as contradições materiais da vida das pessoas, assim como as relações de produção existentes. De forma geral os resultados obtidos apresentam um índice significativo de aprendizado, formação e consciência política dos estudantes, professores, coordenadores e dirigentes escolares. Percebe-se em cada sujeito, que o Ensino da Educação do Campo é necessário para que os sujeitos do campo valorizem sua identidade junto ao território.

Palavras-chave: Educação do Campo. Ensino de Geografia. Território. Movimentos Sociais.

ABSTRACT
The objective of this study is to analyze how rural education takes place in schools located in rural areas of Paraíba. The analysis also included schools in settlements in the municipality of Londrina, Paraná. In this regard, we observed that in the history of rural education—shaped by social movements—the main concerns of these movements are: (a) overall autonomy in the educational process of rural communities; (b) the development of political-pedagogical projects; (c) public policies for rural education; (d) the promotion of the identity of rural schools; (e) and quality control in school education. This is a paradigm that transcends the traditional model of education, generates prospects for territorial development in agrarian reform settlements, and is inclusive of the rural working class, going beyond the prerogatives of agrarian capitalism. We analyzed these reference points both qualitatively and quantitatively, based on the information and data obtained through our fieldwork, which we conducted using interviews, photographs, audio recordings, and videos, in addition to bibliographic research at universities and other sources, without neglecting the reality and material contradictions of people's lives, as well as the existing relations of production. Overall, the results obtained show a significant level of learning, training, and political awareness among students, teachers, coordinators, and school administrators. It is evident in each individual that rural education is necessary for rural residents to value their identity in relation to their territory.

Keywords: Rural Education. Geography Education. Territory. Social Movements.

RESUMEN
El objetivo de este trabajo es analizar cómo se desarrolla la educación rural en los centros escolares del ámbito rural de Paraíba. El análisis también se ha llevado a cabo en centros escolares de asentamientos del municipio de Londrina (Paraná). En este sentido, observamos que, en la trayectoria de la Educación del/en el Campo, desarrollada desde la perspectiva de los movimientos sociales, las principales preocupaciones de dichos movimientos son: (a) la autonomía global en el proceso educativo de los campesinos; (b) el desarrollo de proyectos político-pedagógicos; (c) las políticas públicas para la Educación del campo; (d) la valorización de la identidad de las escuelas rurales; (e) y el control de calidad de la educación escolar. Se trata de un paradigma que supere el modelo tradicional de educación y que genere perspectivas de desarrollo territorial en los asentamientos de la reforma agraria, y que además sea inclusivo para la clase trabajadora del campo, más allá de las prerrogativas del capitalismo agrario. Analizamos estos referentes de forma cualitativa y cuantitativa, basándonos en la información y los datos obtenidos durante el trabajo de campo que llevamos a cabo, mediante entrevistas, fotografías y grabaciones de audio y vídeo, además de investigaciones bibliográficas en universidades y otras fuentes, sin dejar de lado la realidad y las contradicciones materiales de la vida de las personas, así como las relaciones de producción existentes. En general, los resultados obtenidos muestran un índice significativo de aprendizaje, formación y conciencia política entre los estudiantes, profesores, coordinadores y responsables escolares. Se aprecia en cada sujeto que la enseñanza de la educación rural es necesaria para que las personas del campo valoren su identidad en relación con el territorio.

Palabras clave: Educación Rural. Enseñanza de la Geografía. Territorio. Movimientos Sociales.

1 INTRODUÇÃO

A Educação do/no Campo é uma proposta de ensino/aprendizagem que se confunde com os movimentos sociais do campo. Especialmente o (MST) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Neste sentido não poderíamos desenvolver uma reflexão sobre a Educação do/no Campo, sem antes discutir e entender como o MST se coloca diante do processo de ensino/aprendizagem da Educação do Campo. O próprio movimento nos obriga a pensar uma educação para os povos do campo. Trata-se de uma proposta instigante e necessária para a educação brasileira neste início de século XXI, não somente para os povos do campo, mas também para todos os povos inseridos no sistema nacional de ensino. Este é um momento crucial para desenvolvermos os mecanismos da Educação do/no Campo, dentro, da pesquisa, do ensino e da extensão para a sociedade como um todo.

Estes mecanismos deverão ter como princípios básicos, ações efetivas viabilizadas por meio de políticas públicas que realmente efetivem a prática educativa junto aos instrumentos pedagógicos do novo educador e, que isso possa surtir efeitos impactantes e imediatos na qualidade de vida de todos os povos. Não somente o universo camponês.

A Educação do/no Campo, nas ultimas décadas vem constituindo seu percurso num processo evolutivo e nos coloca como educadores, novos elementos para repensar o paradigma tradicional de educação para o trabalho e para o capital. Especificamente diante das profundas crises estruturais na política central do Estado brasileiro, no interior do próprio capitalismo e na economia brasileira em seus diversos seguimentos.

Diante dessas reflexões queremos apontar as carências e necessidades de respostas que permeiam o universo da esfera educativa, iniciada pelos camponeses, trabalhadores rurais com e sem terra, povos indignas, ribeirinhos e quilombolas. Na atualidade os povos do campo, questionam o Estado, as universidades, o sistema nacional de ensino e escolar, a formação de educadores e suas praticas pedagógicas (Souza, 2006, p.11). Do mesmo modo, também questionam um sistema educativo que faça a reintegração das comunidades camponesas e suas experiências de vida e de trabalho à sociedade do capital. O conteúdo dessa integração possibilitaria um processo revolucionário nas formas de educar e produzir um espaço geográfico adjetivado com maior sociabilidade educativa. Referimo-nos ao espaço camponês produzido por meio da agricultura familiar e camponesa, criando e recriando o modo de vida camponês por meio de princípios básicos da Educação do/no Campo, como: modelo de produção da terra, constituição e ampliação dos bancos de sementes crioulas, valorização e significados do mundo do trabalho no campo, defesa permanente da luta pela terra e pelo trabalho, formas de produção agrícola com auto sustentabilidade no interior do lote e, finalmente o fortalecimentos da luta pela reforma agrária, conceituada como política pública de desenvolvimento

territorial com a superação das relações tradicionais de poder sobre os latifúndios e o agronegócio. Tendo em vista, estas e outras tantas questões vislumbradas pela Educação do/no Campo, queremos enfatizar que o tema vigente neste artigo, apresenta uma proposta que visa como objetivo geral, criar ações que permitam a constituição de um paradigma de Educação do/no campo que supere o modelo tradicional de educação e, que, gere perspectivas para a classe trabalhadora do campo, para além das prerrogativas do capital. Nesta perspectiva, envolvemos entidades representativas das comunidades rurais acampadas e assentadas que convivem com o semiárido paraibano. Pretendemos também atuar de forma concreta no processo de erradicação do analfabetismo dos trabalhadores rurais com e sem terra, diante da criação de instrumentos concretos que fundamentem a Educação do/no Campo nestes lugares e territórios de diferenças. Nossa proposta também abrange o fortalecimento da agricultura familiar por meio da educação e formação política dos trabalhadores, jovens e adultos, acampados e assentados na Paraíba. Isso implicou na produção de instrumentos e metodologias concretas que realmente democratizem o processo de conhecimento acumulado nas universidades para o desenvolvimento socioeducativo e territorial das áreas de Reforma Agrária do Estado, assim com a criação da cultura educacional.

Outra perspectiva que atentamos para qualificar a problemática contraditória do campo paraibano nos termos da Educação do Campo, é a possibilidade de contribuição para construir junto aos movimentos sociais do campo um sistema educativo que alcance todos os trabalhadores rurais do Estado da Paraíba. Sistema que dê suporte e amplie as atuais políticas públicas educativas não universalistas e não generalistas, existentes no campo paraibano hoje.

Finalmente, julgamos como substancial para a qualificação do arcabouço teórico-metodológico dessa proposta, a preservação da memória e da história dos povos do campo, diante das desigualdades, escolar, educativa, social e econômica junto a dívida histórica, em termos de políticas públicas educacionais que o país lhe atribui.

A necessidade das ações supracitadas parte das entidades que representam os trabalhadores rurais acampados e assentados do Estado da Paraíba que, desde os anos 1997 a 1999 (Dalmagro, 2001, p. 44) vem se organizando por meio das reivindicações no sentido de angariar recursos públicos para garantir o direito ao acesso à terra, ao trabalho e a educação escolar de suas famílias.

Por meio do trabalho de campo, conseguimos observar que essa demanda tem fundamento no índice de analfabetismo de jovens e adultos residentes em domicílios agrícolas[1] e não agrícolas no interior da Paraíba. Constatamos ao longo do trabalho de campo, um expressivo número de analfabetos na região do semiárido do estado, chamando a atenção principalmente nas áreas de maior conflito inerente à estrutura fundiária.

Portanto enfatizamos que a Educação pertence a um rol de determinantes básicos para a qualidade de vida das pessoas, especialmente as comunidades campesinas, assentadas e acampadas nas áreas de reforma agrária da Paraíba. São jovens a partir de 15 anos de idade que não tem nenhuma expectativa de presente e futuro no campo, principalmente aqueles que ainda vivem sob a lona preta. Sem condições de acesso à terra, sem condições de moradia, escola, trabalho, saúde e a sua própria educação.

Acreditamos que a educação no estado da Paraíba não é uma problemática apenas das áreas urbanas. A problemática recai significativamente sobre as comunidades que vivem nas áreas rurais. Principalmente os trabalhadores rurais que enfrentam os conflitos pela terra e pela e reforma agrária, e que diretamente enfrentam o preconceito, o conflito de classes e o poder politico dos latifundiários que se perpetuam e se revezam no poder com a conivência do Estado.

Diante desse conjunto de alternativas e da proposta de uma educação que supere o paradigma tradicional de alfabetização e letramento, entendemos que se trata de um projeto de educação do/no campo para além das prerrogativas do capital, que o julgamos qualificado e justificado, tendo como principal problema, o conceito de Educação do/no Campo, assim como o inicio da erradicação do analfabetismo na Paraíba.

A proposta em pauta faz parte do rol de complexidades inerentes à Questão Agrária brasileira, com especificidades territoriais ao do Estado da Paraíba.

Assim, delineamos como objetivos específicos atingidos: a realização de uma proposta de ensino fundamentada nos princípios básicos da Educação do/no Campo, tendo como alvo, o ensino fundamental e médio do espaço rural, incluindo as escolas das áreas de reforma agrária; em nossas aulas mantivemos o fortalecimento do conceito de agricultura familiar camponesa, entendido como processo de formação socioeducativa, para além da comercialização nas feiras locais e regionais; disseminamos o conteúdo e os sentidos de território camponês como práxis pedagógicas, dando ênfase as escolas dos assentamentos; apontamos em nosso discurso, as contradições entre agricultura familiar e agronegócio; elucidamos permanentemente a importância da luta pela terra e pela reforma agraria e, constituímos hortas em varias escolas, no sentido de utilizar a agroecologia como metodologia de ensino.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O conhecimento geográfico vinculado à educação do/no campo brasileiro foi produzido por meio da descrição e análise da paisagem sertaneja que aqui queremos discutir. Este conhecimento é a base material para a reprodução da vida social destas comunidades ou grupos sociais autônomos. É a

partir deste conhecimento que procuramos compreender as relações entre as condições e a qualidade de vida dessas sociedades ou comunidades sob as prerrogativas modo de produção, o capitalismo.

David Harvey (2001), elucida que todas as formas e conteúdos do conhecimento, dependem do momento histórico em que as comunidades, ou sociedades estão inseridas.

> Pois todas as sociedades, classes e grupos sociais dispõem de um saber geográfico característico do lugar, e um conhecimento funcional de seu território. Estas comunidades assumem a valorização da distribuição espacial dos valores, culturais, políticos e econômicos de uso deste território, assim como, a relevância destes valores para a totalidade do grupo. A partir da produção do saber adquirido individual e coletivamente, é que estes grupos e indivíduos vão enfrentar o mundo e dominar a natureza.
> Trazendo as teses para as práticas pedagógicas da Educação do/no Campo, podemos avaliar que esta já está plantada em todo país, e que é um território de conhecimentos e saberes que estão sendo construídos para que se possa compreender o mundo desde suas raízes. (Fernandes, 2001, p.15. Grifo nosso).

Neste sentido, partimos da hipótese que a Educação do/no Campo, além de ter nascido da contraposição da Educação Rural, é fundada no pensamento dos próprios camponeses, compreendendo os seus desejos como sujeitos de suas próprias histórias, com o qual intensificam suas lutas pela construção de um novo modelo de sociedade. E por isso é necessário romper com o modelo tradicional de ensino, para superar as ações contraditórias das diferenças de classe no espaço agrário. A proposta de Educação do/no Campo, pensada pelos movimentos sociais do campo, é também contraponto à escola pensada e estruturada pela Educação tradicional. Para (Souza 2006), trata-se de um espaço propício para reflexões sobre interdisciplinaridade, uma vez que o próprio campo, caracteriza-se por uma diversidade cultural, social e econômica.

De forma clara, essa abertura das especificidades do campo, comparecem na LDB 9.394/96. A Legislação explicita que "na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I) conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural" (Titulo V, Capitulo 2, Artigo 28). Neste sentido, do ponto de vista legal, porque não investir numa proposta educacional que seja adequada de capacitações para os povos do campo brasileiro?

Do ponto de vista do sistema educacional do capital, Brandão, 2015, acrescenta que,

> Seria absurdo esperar uma reformulação educacional, do ponto de vista da ordem dominante. Portanto, as utopias educacionais formuladas sob o domínio do capital sempre estarão dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução socioeconômico metabólico. Assim todas as reformas educacionais propostas, compostas pelo ponto de vista do capital consistem em utopias, haja vista as determinações fundamentais do sistema do

> capital serem irreformáveis, pois o interesse da classe dominante vai prevalecer. (Brandão, 2015, p. 8-9).

Neste aspecto fica claro a irrecuperabilidade do sistema educacional de ensino no modo capitalista de produção. É nítido o direcionamento das prerrogativas do capital junto à formação de uma sociedade dividida e fragmentada ideologicamente. Ou seja, formação educacional para o trabalho subsumido ao capital, com propósito da acumulação para o sistema. No contexto social em escala global, podemos confirmar a tese de (Mészáros cit. Brandão, 2015), que a "Educação para o capital, hoje exclui a esmagadora maioria da humanidade no âmbito da educação como sujeitos, e condena-os para sempre, a serem considerados apenas como sujeitos, em nome da suposta superioridade da elite. (p.13).

Uma obra fundamental que contribui fundamentalmente para o tema em pauta, é a de Marlene Ribeiro, intitulada, "Movimento Camponês Trabalho e Educação, Liberdade, Autonomia, Emancipação: princípios/fins da formação humana", nessa obra, a autora, estuda as contradições existentes nos fundamentos da Educação Rural e as comparam com a Educação do Campo. Tendo como tese central as lutas populares dos movimentos sociais do campo, rumo a garantia da educação como direitos de cidadania, e ao mesmo tempo, a visão de educação do campo formulada conforme seus interesses e demandas históricas que até então não foram consideradas pelo Estado.

Sobre as concepções e práticas das escolas capitalistas, a problematização configura-se no modelo de sua existência, pois ao longo do tempo a escola capitalista foi se construindo nas contradições, (Camini et al 2009), afirma que essa escola é produto da luta de classes, e que a escola capitalista não é para todos.

> É uma escola de classe, sua forma é capitalista e atravessada por contradições porque nela se confrontam os interesses do capital, por meio da regulamentação e controle do Estado, e os interesses da classe trabalhadora, constituída por seus professores, funcionários, alunos e pais. (Camini et al, 2000, p. 48).

No aspecto mais amplo do contexto teórico do tema, Celia Regina Vendramini, analisa a questão educacional e escolar, no sentido da articulação entre o mundo do trabalho no campo e a própria Educação do/no Campo. A autora pesquisou as escolas e as praticas pedagógicas nos assentamentos e acampamentos do MST nas áreas de Reforma Agrária. Algumas discussões realizadas pela autora, ficou claro algumas questões de fundo para se entender a Educação nestes lugares de diferenças territoriais e sociais. Como por exemplo, de que maneira podemos analisar a relação entre educação e trabalho no campo? Qual, ou quais são as articulações possíveis de serem feitas entre o trabalho e a educação nas experiências educacionais e escolares desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra? No mesmo trabalho, intitulado "Escola e Movimento Social:

experiências em curso no campo brasileiro", a autora sugere varias respostas e reflexões a partir de Marx e Engels, por meio da obra "A Ideologia Alemã", escrita em 1845.

Dentre estas e outras obras que consultamos e até mesmo as pesquisas já realizadas sobre essa temática, consideramos pertinente a realização de uma proposta de Educação do/no Campo teoricamente fundamentada e interativa com as comunidades camponesas, assentadas e acampadas das áreas de Reforma Agrária da Paraíba. Por isso acreditamos na consciência crítica defendida por Paulo Freire, ela representa as coisas e os fatos como eles realmente se dão em sua existência empírica.

3 METODOLOGIA

A metodologia empregada nesta pesquisa, parte prioritariamente dos princípios fundamentais da Educação do/no Campo, orientados por suas matrizes pedagógicas e cumprindo também as orientações das Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo, Resolução CNE/CEB, N.o 01 de 03 de abril de 2002. Acrescentamos a importância do Decreto Presidencial N.o 7.352 de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política Pública de Educação e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Foi considerado o processo social de formação humana dos trabalhadores rurais sem terra no sentido de melhorar as condições de vida e de trabalho das famílias assentadas e acampadas. Da mesma forma tomamos como base os indicativos da melhoria das condições de acesso a educação pública e de qualidade no aspecto do Plano Nacional de Reforma Agrária.

A Preocupação com um novo paradigma de Educação é de prerrogativa inicial dos movimentos sociais do campo. Tendo em vista que a "concepção de Educação do Campo nasceu no Encontra Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, que aconteceu exatamente um ano depois do massacre de Eldorado dos Carajás, no ano de 1998, com uma Conferência Nacional" (Fernandes, 2006). Essa prerrogativa trás também em seu conteúdo o processo de transformação da sociedade por meio da luta pela terra e pela Reforma Agrária Estrutural, construindo sujeitos capazes de pensar e agir com autonomia intelectual e ações políticas concretas, interferindo diretamente nos espaços de decisões políticas e econômicos que abrangem a sociedade do capital. A partir daí abrem-se as portas para o processo de construção de um projeto maior de sociedade, com matrizes estruturais de inclusão social. Tendo como ponto de referencia a luta pela terra e pela superação da miséria e da pobreza.

Do ponto técnico operacional da pesquisa, priorizamos o levantamento de material disponível nas bibliotecas da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual da Paraíba e de outras fontes de pesquisa. Não descartamos o material disponibilizado pela imprensa.

Atentamos para as informações disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), INCRA, e o Instituto de Terras da Paraíba e demais órgãos de pesquisa de Reforma Agrária da região. São entidades de caráter representativo e de acumulação de dados históricos que poderão subsidiar na produção dessa pesquisa.

Desvendamos através das entrevistas, o grau de compreensão que os trabalhadores têm sobre a dominação e a conscientização da classe trabalhadora do campo, sobretudo sua compreensão a respeito da dinâmica das ocupações de terras improdutivas como conteúdo didático pedagógico no processo de construção da Educação do/no Campo.

Desde sempre mantivemos nossa participação nos eventos promovidos pelas entidades organizativas, assim como, reuniões, encontros, seminários, congressos e até mesmo nossa participação nas ocupações de terra no Estado. Porém, de acordo com o andamento do trabalho surgiram novos elementos que nos permitiu dar maior qualidade às informações. Todavia as reuniões e consultas junto aos grupos e laboratórios de pesquisa como, (LATEC) Laboratório de Analises Territoriais Campo-Cidade, Centro de Estudos Agrários e do Trabalho (CEAT), Laboratório de Estudos e Pesquisa sobre o Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC), Grupo de Pesquisa Urbana, Rural e Ambiental (Grupo Terra), DATALUTA e o banco de teses da CAPES, voltados para a temática da Educação e Alfabetização do Campo, foram elementos de apoio para organização deste elenco de informações.

Realizamos entrevistas junto aos pesquisadores do assunto e também as lideranças políticas locais e regionais, assim como as lideranças dos movimentos e os agentes que compõe a base destas diferentes frentes de luta e do próprio MST.

Tudo isso por meio dos trabalhos de campo, considerado por nós o laboratório por excelência do geógrafo (Thomaz Jr, 2006, p.2) que terá de maneira geral o objetivo de comprovar em campo aquilo que se constata na teoria.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em todos os sentidos, a Geografia conta com uma técnica de pesquisa fundamental, trata-se do trabalho de campo, para instrumentalizar o pesquisador e dar veracidade concreta aos resultados obtidos durante a pesquisa. Neste caso, o trabalho de campo foi realizado em algumas escolas indicadas inicialmente no projeto que propomos. As atividades foram realizadas com cunho metodológico de desenvolvimento da Educação do Campo, em algumas escolas caracterizadas, como do campo e outras vistas como escolas rurais. Tendo em vista que esta ultima, matem a escola no espaço rural, aplicando uma educação aos sujeitos que tem a atividade agrícola como principal meio de sustento, ou seja,

trabalham nas zonas rurais, engessados pelo processo de assalariamento recebendo os menores rendimentos pela sua atividade laboral. Este foi sem dúvida foi um dos resultados mais concretos que obtivemos em nossa pesquisa. Todos os trabalhos realizados nas escolas foram mediados pelas professoras dos acampamentos e dos assentamentos do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra da Paraíba e algumas escolas do estado de Pernambuco.

Outra observação importante que pudemos analisar foi o processo de ensino e aprendizagem que analisamos durante os trabalhos de campo. Em todas as escolas que participamos, percebemos que as crianças e jovens interagem diretamente com o sistema de produção de alimentos, especialmente nas hortas existentes na unidade produtiva. De maneira geral os professores e professoras preconizam praticas com os princípios e fundamentos da Agricultura Orgânica, imprimindo o sistema de manejo sustentável e privilegiando a preservação ambiental, assim como a agrobiodiversidade e a qualidade de vida das populações rurais, sejam nos acampamentos rurais, sejam nos assentamentos de reforma agraria ou até mesmo nas escolas rurais das periferias urbanas.

Por meio das fotografias que aqui apresentamos, é possível perceber que o aprendizado em sala de aula se completa com as atividades de campo aplicadas pelas professoras e professores que trabalham no dia a dia com estas crianças e jovens.

As imagens a seguir expressam a interação lúdica entre as crianças e o meio produtivo do acampamento. Esse processo facilita as formas e o conteúdo do aprendizado no plantio da lavoura. Neste caso, essa metodologia alcança as prerrogativas da Educação do Campo para os povos do campo, porque o sujeito não se descola da sua realidade territorial. Neste estudo iconográfico levamos em conta todas as condições naturais dos sujeitos envolvidos, assim como as condições estruturais das escolas dos Acampamentos e Assentamentos em questão em que fizemos a pesquisa.

4.1 ESTUDO ICONOGRÁFICO

Figura 01. Aula prática com crianças no Assentamento Vida Nova I e no Acampamento Mundo Novo - Aparecida – PB.



Fonte: Acervo do Autor.

Figura 02. Escola do Acampamento Filhos da Luta - Santa Maria da Boa Vista – PE e Assentamento Tiradentes – Mari – PB.



Fonte: Acervo do Autor.

Figura 03. Escola Margarida Maria Alves I. Juarez Távora – PB e Escola Municipal Chico Mendes – Santa Maria da Boa Vista – PE.



Fonte: Acervo do Autor.

Nas Escolas que analisamos na perspectiva da Educação do Campo, foi possível comprovar os princípios fundamentais deste formato de educação especialmente no tocante à gestão da escola, pois um dos princípios fundamentais universalizados nas praticas de gestão é o compartilhamento de "mecanismos que possibilitam estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade" (Brasil, 2002 cit. Molina, 2012 p.453). Além desta propositura, observamos e utilizamos como metodologia "freireana", o circulo da cultura, isso nos permitiu um debate mais organizado e sem um seguimento hierárquico. O grupo participante dialoga em conjunto com os demais, analisando a realidade territorial de cada um e configurando as experiências para a construção do conhecimento. Dessa forma foi possível comprovar o desenvolvimento da educação do campo nos espaços escolares, ou seja, os educandos aprenderão por meio do "circulo da cultura", isto é, aprenderão "de dentro pra fora, através de seu próprio trabalho". (Brandão, 1984, p.18).

Nossa ultima incursão ao longo desta pesquisa, foi a realização de uma atividade de campo com a perspectiva metodológica da Educação do Campo, vinculada ao projeto de "Extensão Sacola

Camponesa", coordenado pela Profa. Dra Eliane Tomiasi Paulino. Trata-se de uma concepção de produção alimentar da Agricultura Familiar que contraria os princípios do agronegócio e do grande capital agrícola porque, não produz alimentos com agroquímicos (veneno). Um dos objetivos principais do projeto "Sacola Camponesa", é produzir alimentos saudáveis sem o uso de veneno, com o intuído de aumentar gradativamente a produção, aumentando o rendimento das mulheres camponesas. O projeto tende a se expandir por todo o Assentamento denominado de "Eli Vive", principalmente com a produção de hortaliças para o município de Londrina no norte do Estado do Paraná.

Para o fortalecimento do projeto "Sacola Camponesa", na perspectiva da Educação do Campo, organizamos uma proposta de ensino, que viabiliza a conscientização e valorização do trabalho das mulheres no interior do lote. Intitulada de "*Praticas Agroecológicas na Educação do Campo para Crianças e Jovens do Assentamento Eli Vive I e II: conscientização e valorização do trabalho das mulheres camponesas*". Esta proposta de ensino, apresenta os seguintes objetivos:

a) - destacar a importância pedagógica do trabalho das mulheres camponesas com práticas agroecológicas no ensino básico, tendo em vista que as formas e modelos didáticos tradicionais de ensino, tornam-se fragmentados e podem ser superados por meio da Educação do Campo.
b) - diagnosticar a escola e o livro/material didático de forma que estabeleça um dialogo entre Trabalho, Agroecologia e Educação do Campo como prática social no mundo do trabalho do/no campo.
c) - constituir uma proposta pedagógica que integre Trabalho, Agroecologia e Educação do Campo com praticas didáticos-pedagógicas que objetivem a qualificação da realidade social e territorial das trabalhadoras e trabalhadores dos Assentamentos Eli Vive I e II por meio da formação inicial da Educação Básica.
d) - entender a prática agroecológica como metodologia de ensino e aprendizagem no período inicial da educação básica do/no campo. Interagindo a um conjunto de técnicas sustentáveis que constituam um modo de produção de agricultura limpa, sem o uso de veneno nos assentamentos de reforma agrária.

Com o trabalho de campo que desenvolvemos no Assentamento Eli Vive, fizemos um levantamento no interior dos lotes, no sentido de diagnosticar as necessidades de cada mulher camponesa para produção de sua horta. As orientações fornecidas pela Profa. Dra. Rosangela, foram no sentido de reestruturar as configurações do lote para a constituição orgânica da horta agroecológica. Em suas intervenções, no primeiro momento a professora sugeriu para a camponesa/interlocutora (optamos por preservar a identidade das entrevistadas), o melhor lugar no lote para confeccionar a

pocilga e o aproveitamento do esterco dos animais para a montagem da horta orgânica. A todo momento a professora reafirmava que tudo que está sendo debatido ali pelas demais pesquisadoras, deverá ser avaliado pelas mulheres camponesas que produzem nos seus respectivos lotes e deve servir der material didático pedagógico para ser ensinado nas escolas do campo. Pois cabe a elas decidirem se acatam ou não as sugestões oferecidas pela coordenação do projeto “Sacola Camponesa”.

As orientações foram direcionadas para melhor organização e constituição da horta, e as melhores técnicas para aumentar a produtividade no modelo agroecológico. A única questão que ficou em aberto, foi a elaboração de mecanismos por parte dos camponeses e dos pesquisadores de, como produzir alimentos limpos para consumo familiar e venda do excedente de forma sustentável, independente projeto “Sacola Camponesa”.

Por meio da imagem 04, é possível observar que não há um ordenamento territorial adequado das hortaliças. Talvez essa seja uma das problemáticas a ser debatida para o aumento da produtividade e, constituir formas metodológico para os estudantes camponeses.

Figura 04. Horta sem o devido ordenamento territorial do plantio. Assentamento “Eli Vive I” - Londrina – PR.



Fonte: Acervo do Autor.

As sugestões apontadas para modificação da horta, no sentido de dar uma formatação mais organizada no sistema de plantio, foram no sentido de qualificar o trabalho das mulheres e seguir como orientação para as professoras que levavam seus alunos para entender o processo de produção da Agricultura Orgânica. Neste sentido conseguimos organizar o tamanho da área, o local, tipo de produto e as melhores formas de plantio. Mas, a principal dificuldade apontada pela proprietária do lote, foi a permissão do seu companheiro para aplicar esse novo sistema de plantio. Pois na maioria dos lotes visitados, as mulheres camponesas, não tinham permissão para produzir hortas no local escolhido por elas próprias. A escolha do lugar da horta sempre fica, absolutamente a critério do homem.

De maneira geral, nossa incursão nesta pesquisa de campo foi suficiente e necessária para reforçar a proposta metodológica de que a produção agroecológica nos assentamentos de reforma agrária é um elemento fundamental na formação inicial do ensino básico da educação do campo.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto podemos considerar uma gama significativa de elementos que são substancias para a contribuição dos nossos estudos sobre educação do campo. Neste sentido enfatizamos como prioridade da Geografia, o trabalho de campo que fizemos para atingir os objetivos propostos inicialmente. Em relação aos diagnósticos que fizemos nas escolas a respeito do material didático, foi possível associar o conhecimento dos estudantes com a preocupação e a curiosidade sobre a Agroecologia como principio fundamental para a produção da Agricultura Orgânica. Consequentemente, a produção do conhecimento ecológico é aprendida pelo estudante. Ao mesmo tempo o estudante percebe que o manejo da unidade produtiva se fundamenta na percepção holística, integrando o individuo à totalidade das coisas como sujeito.

Em relação às estruturas diferenciadas das escolas, percebemos que esta falta de estrutura é principalmente pelo forte processo de fechamento de escolas no espaço rural. Isso faz parte de uma proposta política que viola a gestão democrática e ocorre sem diálogo com as comunidades afetadas. De acordo com o Fórum Nacional de Educação do Campo, entre os anos de 2000 a 2024 foram extintas 163.854 escolas em todo o Brasil. Deste total 110.758 foram encerradas em territórios rurais. Portanto é evidente que se trata da falta de uma politica pública definitiva que incentive a obrigatoriedade de os gestores desenvolverem políticas públicas educacionais que incluam a Educação do Campo e para o Campo em seus projetos políticos.

Em suma é fundamental que nos atentamos não somente para o processo de construção da Educação do Campo, tendo o trabalhador como principal protagonista, junto aos movimentos sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, é fundamental que exijamos uma política pública que realmente atinja os objetivos da Reforma Agrária Estrutural em forma e conteúdo de um programa governamental que promova a democratização da propriedade da terra, garantindo a todos e todas que quiserem e precisam produzir alimentos extinguindo assim todos os latifúndios improdutivos que não cumprem a função social. Parafraseando Stédile, para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas , os latifúndios e sua redistribuição entre camponeses sem-terra, pequenos agricultores e assalariados rurais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel & FERNADES, Bernardo Mançano. Educação básica e o movimento social do campo. Brasília/DF: Articulação Nacional, 1999. Boletim da Educação. Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - Acompanhamento às escolas – Caderno nº. 08, junho, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; Chauí, Marilena; FREIRE, Paulo. O educador: vida e morte. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BRASIL. Secretaria de Educação de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia, História e Artes – Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). Profissão professor: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano Editora, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMINI, Isabela. Escola itinerante: na fronteira de uma nova escola. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2009.

CAVALCANTE, Rita de Cássia. Aprendizes da Terra: a voz e a resistência do MST na Paraíba, Dissertação de Mestrado, pela Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO. Ministério da Educação: Secretaria de Inclusão Educacional. Brasília: Resolução CNE/CEB, nº 01 de 03 de abril de 2002.

FRANCO G. M. et al. Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos em Acampamentos e Assentamentos Rurais do MDA/INCRA no Sertão da Paraíba - Prosa do Sertão, 2010. (No Prelo).

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. Educação como pratica da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação: mito e desafio - uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HARVEY, W. David. Geografia. In: Dicionário do Pensamento Marxista / Tom Bottomore, editor; Laurence Harris, V.G. Kierman, Ralph Miliband, co-editores; [tradução Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antonio Moreira Guimarães]. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 2001, p. 162-165.

HOBSBAWN, Eric. Sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA – ITERRA. Coletivo Político e Pedagógico do Instituto de Educação Josué de Castro, 1ª ed. 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. Panorama da Educação do Campo. Brasilia, DF. INEP/MEC, 2007.

KOLLING, Edgar; CASTAGNA, MÔNICA. (Org.). Por uma Educação do Campo. 1ª ed. Brasília/DF: Articulação Nacional, 1999.

LIMA, Edvaldo C. de. Dissidência e Fragmentação da luta pela terra na `Zona da Cana` nordestina; o estado da questão em Alagoas, Paraíba e Pernambuco / Edvaldo Carlos de Lima. - 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2013. 238p.

LIMA, Edvaldo C. de e SILVA, Junio da S. Um olhar sob o Ensino de Geografia na Escola do Campo: um estudo de caso na E. M. F. Manoel Soares de Oliveira - Município de Itapororoca/PB. In: Interface dos saberes, formação docente e diversidade cultural / Arruda et al. (Orgs.). João Pessoa: Idea, 2014.

LUCK, Heloísa. (et. al). A aplicação do planejamento estratégico na escola. Curitiba: gestão em Rede, abril de 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 1999.

MORISSAWA, Mitsue. A história de luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. Caderno de Educação. Princípios da educação no MST. 3ª ed. Janeiro de 1999.

OLIVEIRA, M.E.B.de. Geografia do MST na Paraíba: a Luta por uma Educação do/no Campo no processo de territorialização do Assentamento Zumbi dos Palmares. Monografia de Bacharelato em Geografia, UFPB, 2007.

PEREIRA, A. A. Pedagogia do movimento camponês na Paraíba. João Pessoa; Ed. UEPB, 2009.

QUEIROZ, Thiago Leite de; FRANCO, María. Escola e Reforma Agrária: uma análise do ensino formal em assentamentos rurais no semiárido da Paraíba. Relatório de Pesquisa, PIBIC/CNPq, 2010.

RIBEIRO, MARLENA. Movimento camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia e emancipação: princípios/fins da formação humana. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Maria Antonia de. Educação do Campo: propostas e praticas pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ : Vozes, 2006.

SIMPLICIO, Vanderlúcia. O que é o acompanhamento? Bananeiras: MST/PB, 2005.

VENDRAMINI R. C. e MACHADO, I. F. (Org.) Escola e movimento social: a experiência em curso no campo brasileiro. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular, 2011.